

Odete Medauar

A PROCESSUALIDADE NO DIREITO ADMINISTRATIVO

3ª edição revista, ampliada e atualizada

Área específica

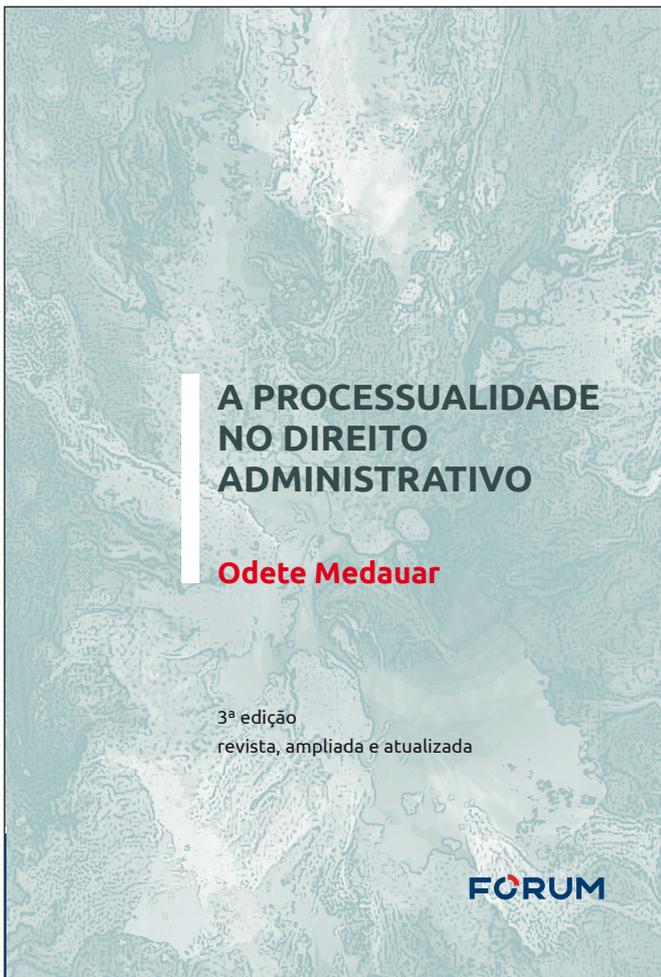
DIREITO ADMINISTRATIVO

Áreas afins

DIREITO CONSTITUCIONAL
E DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Público-alvo/consumidores

ESTUDANTES DE DIREITO, GRADUAÇÃO
E PÓS. PROFESSORES DE DIREITO.
ADVOGADOS, MAGISTRADOS E
INTEGRANTES DO MINISTÉRIO PÚBLICO



O processo ou procedimento administrativo, em que são assegurados, sobretudo, o contraditório e a ampla defesa, no âmbito da atuação de órgãos administrativos ou com funções administrativas, em especial, mostra-se com relevância crescente. Veja-se que a França, antes avessa e resistente ao tema, editou em 2015 sua lei de processo administrativo, e dois autores franceses publicaram obra coletiva de mil páginas, com estudos comparados na matéria, fato impensável há trinta anos. A pujança do tema revela-se ainda por iniciativas para a edição de normas formais sobre o processo administrativo no âmbito da União Europeia, como se expõe neste livro.

Esta 3ª edição do livro *A processualidade no direito administrativo* abriga não só os elementos relativos aos primeiros passos do despertar do tema, mas seu tratamento contemporâneo.

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm
CÓDIGO: 10003098

M488p	Medauar, Odete	A processualidade no Direito Administrativo / Odete Medauar. - 3. ed. - Belo Horizonte : Fórum, 2021.
	323p. ; 14,5cm x 21,5cm. Inclui bibliografia. ISBN: 978-65-5518-271-2	
	1. Direito Administrativo. 2. Direito Constitucional. 3. Direito Processual Civil. I. Título.	
2021-3375		CDD 341.3 CDU 342.9

Odete Medauar é Professora Titular de Direito Administrativo da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (aposentada). Mestre, Doutora e Livre-Docente pela mesma faculdade. Especialista em Direito Público pela Faculdade de Direito da Universidade de Liège (Bélgica). Professora Visitante da Universidade Paris1 Panthéon-Sorbonne em 2000, 2003 e 2007.

SUMÁRIO

NOTA À 3ª EDIÇÃO	
Odete Medauar	11
NOTA À 2ª EDIÇÃO	
Odete Medauar	13
INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I	
A PROCESSUALIDADE AMPLA	17
1 O monopólio jurisdicional do processo	17
2 A ideia da processualidade nos poderes estatais	20
3 A processualidade ampla na doutrina processual	22
4 A processualidade ampla na doutrina administrativa	24
4.1 Doutrina estrangeira	24
4.2 Doutrina brasileira	27
CAPÍTULO II	
O NÚCLEO COMUM DA PROCESSUALIDADE	29
5 Considerações preliminares	29
6 <i>Fieri e factum</i>	30
7 Sucessão encadeada	30
8 Sucessão necessária	31
9 Figura jurídica diversa do ato	31
10 Correlação com o ato	32
11 Obtenção de resultado unitário	32
12 Pluripessoalidade necessária	32
13 Interligação dos sujeitos	33
14 Pertinência ao exercício do poder	34
CAPÍTULO III	
PROCESSO OU PROCEDIMENTO	
ADMINISTRATIVO	35
15 Controvérsia terminológica e substancial	35
16 O critério da amplitude	36
17 O critério da complexidade	37
18 O critério do interesse	37
19 O critério do concreto e do abstrato	38
20 O critério da lide	39
21 O critério da controvérsia	40
22 O critério do teleológico e do formal	40
23 O critério do ato e da função	40
24 Procedimento como gênero e processo como espécie	41
24.1 O critério da colaboração dos interessados	42
24.2 O critério do contraditório	44
25 O critério adotado	45
26 A processualidade administrativa qualificada como processo	46
CAPÍTULO IV	
CARACTERIZAÇÃO DO PROCESSO	
ADMINISTRATIVO	51
27 Processo administrativo e contencioso administrativo	51
28 Processo administrativo e processo jurisdicional	53

28.1	A ideia da identidade entre jurisdição e administração	54
28.2	Critérios de distinção	55
28.3	A função jurisdicional	58
28.4	A função administrativa	59
29	Linhas evolutivas da concepção de processo administrativo	62
30	Finalidades do processo administrativo	70
30.1	Finalidades de garantia	70
30.1.1	A vertente de garantia em geral.....	70
30.1.2	A vertente de garantia associada a direitos fundamentais.....	73
30.2	Melhor conteúdo das decisões	74
30.3	Eficácia das decisões	75
30.4	Legitimação do poder	76
30.5	Correto desempenho da função	77
30.6	Justiça na Administração	78
30.7	Aproximação entre Administração e cidadãos	79
30.8	Sistematização de atuações administrativas	80
30.9	Facilitar o controle da Administração	81
30.10	Aplicação dos princípios e regras comuns da atividade administrativa.....	82
30.11	Democratização da Administração	82
30.12	Ponderação e/ou composição de interesses	83
30.13	Instrumento de cooperação com a Administração.....	84
30.14	Intercâmbio de informações	84

CAPÍTULO V

O QUADRO CONSTITUCIONAL DO PROCESSO

ADMINISTRATIVO NO BRASIL	85	
31	Direito administrativo e Constituição.....	85
32	Processo administrativo e Constituição.....	86
33	O processo administrativo no rol dos direitos e garantias fundamentais	88
33.1	Litigantes em processo administrativo	90
33.2	Acusados no âmbito administrativo	92
34	O devido processo legal no âmbito administrativo	92
35	Processo administrativo e Estado democrático	97
36	Processo administrativo e Estado de Direito	100
37	Processo administrativo e princípios constitucionais da Administração	101
37.1	Processo administrativo e legalidade.....	102
37.2	Processo administrativo e impessoalidade	103
37.3	Processo administrativo e moralidade.....	105
37.4	Processo administrativo e publicidade.....	107
37.5	Processo administrativo e eficiência	108

CAPÍTULO VI

PRINCÍPIOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

38	Considerações preliminares	111
39	O princípio do contraditório	112
39.1	A ideia de contraditório na esfera administrativa.....	113
39.2	Os sujeitos no processo administrativo	115
39.3	Contraditório e ampla defesa	120
39.4	Finalidades do contraditório	121
39.5	Desdobramentos do contraditório.....	123
40	O princípio da ampla defesa	132
40.1	Evolução da ampla defesa	133
40.2	Desdobramentos da ampla defesa.....	137

41	O princípio da razoável duração do processo administrativo	146
41.1	A razoável duração do processo administrativo e outros princípios.....	148
41.2	Mecanismos de concretização	149
41.3	Jurisprudência	150
41.4	Silêncio da Administração	153
42	O princípio da oficialidade	155
43	O princípio da verdade material.....	157
44	O princípio do formalismo moderado.....	159

CAPÍTULO VII

ASPECTOS TIPOLOGICOS E ESTRUTURAIS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO		163
45	Considerações preliminares	163
46	Tipologia do processo administrativo	163
46.1	Processo administrativo normativo	171
46.2	Processo administrativo eletrônico.....	172
46.3	Processo administrativo e consensualidade.....	175
47	Fases do processo administrativo.....	177

CAPÍTULO VIII

O PROCESSO ADMINISTRATIVO EM FINS DO SÉCULO XX E PRIMÓRDIOS DO SÉCULO XXI		181
48	Considerações preliminares	181
49	Ampliação do espaço do processo administrativo no direito Administrativo.....	183
50	Influência da Corte Europeia dos Direitos do Homem	186
51	Influência do direito comunitário europeu	189
51.1	O processo administrativo no âmbito global	193
52	A expansão doutrinária.....	194
53	A expansão legislativa.....	198
53.1	Inglaterra: processo administrativo não codificado.....	199
53.2	Os passos anteriores à edição do código de processo administrativo da França	202

CAPÍTULO IX

CODIFICAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO		211
54	Codificação do direito administrativo e codificação do processo administrativo.....	211
55	As leis de processo administrativo de 1889 à primeira metade do século XX	216
55.1	A lei espanhola de 1889.....	216
55.2	A lei austríaca de 1925.....	217
55.3	A lei norte-americana de 1946.....	218
56	As leis de processo administrativo a partir da segunda metade do século XX	220
56.1	A codificação em países da Europa oriental	220
56.2	A lei espanhola de 1958.....	220
56.3	A lei argentina de 1972	222
56.4	A lei alemã de 1976	223
56.5	As codificações latino-americanas.....	227
56.6	A lei italiana de 1990.....	229
56.7	O Código do Procedimento Administrativo de Portugal de 1992	234
56.8	A Lei de Processo Administrativo da Espanha de 1992.....	235
56.9	Outros países com lei de processo administrativo.....	236

56.10	Lei brasileira de Processo Administrativo Federal de 1999	236
57	Novas leis de processo administrativo a partir de 2008	236
57.1	Leis resultantes da substituição de leis anteriores	236
57.1.1	O Código do Procedimento Administrativo de Portugal de 2015	236
57.1.2	A Lei de Procedimento Administrativo da Espanha de 2015	239
57.1.3	O Código de Procedimento Administrativo da Colômbia de 2011	242
57.2	Leis de processo administrativo onde não havia	244
57.2.1	A lei de processo administrativo da França de 2015.....	244
57.2.2	A Lei de Processo Administrativo de El Salvador de 2018	248
58	Códigos-modelo	250
58.1	Código-modelo de processo administrativo para Ibero-América de 2012	250
58.2	<i>The Model Rules on European Union Administrative Procedure Law</i>	252
5.8.3	<i>Proposal for a regulation of the European Parliament and the Council for an open, efficient and independent European administration</i>	256
59	Significado atual da codificação do processo administrativo	259

CAPÍTULO X

CODIFICAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO NO BRASIL

60	Antes da codificação	265
61	A elaboração do anteprojeto de lei do processo administrativo federal	268
62	A Lei Federal nº 9.784/1999	271
62.1	Lineamentos.....	271
62.2	Considerações doutrinárias	278
62.3	Aspectos sobre a aplicabilidade federativa da Lei nº 9.784/1999.....	279
62.4	Enunciados sobre o processo administrativo	281
62.5	A Lei Federal nº 9.784/99 e os novos dispositivos da Lei de Introdução ao Direito Brasileiro – LINDB	282
63	Leis estaduais de processo administrativo.....	283
63.1	A Lei de Processo Administrativo do Estado de São Paulo – Lei estadual nº 10.177, de 30.12.1998	283
63.2	Outras leis estaduais de processo administrativo	285
64	A Lei de Processo Administrativo do Município de São Paulo – Lei municipal nº 14.141, de 27.3.2006.....	285

CAPÍTULO XI

A EXPANSÃO JURISPRUDENCIAL NO BRASIL

65	Considerações preliminares	287
66	Jurisprudência anterior à Constituição Federal de 1988	287
67	Jurisprudência posterior à Constituição Federal de 1988	288

CONSIDERAÇÕES FINAIS	303
----------------------------	-----

REFERÊNCIAS	307
-------------------	-----